

Adriano Zanotto

**A NOVA LEI DE  
IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA**  
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

 **Conceito Atual**

Florianópolis – 2022

## Editora CONCEITO ATUAL

**Editor Responsável**  
Lourdes Fernandes

**Capa e Diagramação**  
Carla Botto

**Revisão**  
Andresa Silveira Esteves

**Conselho Editorial**  
André Maia  
Adriana Mildart  
João Batista Lazzari  
Marcelo Alkmim  
Michel Mascarenhas  
Vicente Barreto

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Angela Schmidt da Rosa CRB-14/1171

Z27n

Zanotto, Adriano.

A nova lei de improbidade administrativa : aspectos constitucionais / Adriano

Zanotto. – 1. ed. – Florianópolis : Conceito Atual Editora, 2022.

299 p.

ISBN 978-65-5812-051-3

1. Improbidade administrativa - Direito. 2. Direito constitucional. 3. Direito sancionador. I. Título.

CDU – 34:351.9(81)



Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.  
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei  
de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2022 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Rua José Honório da Costa, 177 – Térreo  
Palhoça/SC – CEP: 88130-420

**Editorial:** Fone (48) 99611 5911 – editora@conceitoatual.com

**www.conceitoatual.com**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONSTITUIÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1 CONSTITUCIONALISMO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS .....	15
1.1.1 Origem e definição .....	15
1.1.2 Evolução .....	16
1.2 EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....	20
1.3 INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	22
1.4 CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE .....	25
1.5 LEGITIMAÇÃO PARA PROPOSITURA DE ADI .....	28
1.6 JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL .....	31
1.7 NEOCONSTITUCIONALISMO .....	34
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>PRINCÍPIOS E REGRAS</b> .....	<b>37</b>
2.1 PRINCÍPIO E REGRA: DIFERENCIAÇÃO .....	37
2.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS .....	38
2.2.1 Dos Princípios Fundamentais .....	39
2.2.2 Dos Princípios da Administração Pública .....	41
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b> .....	<b>43</b>
3.1 DEFINIÇÃO .....	43
3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	45
3.3 A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	47
3.4 NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	54
3.5 Da aplicação da nova redação dada à Lei n. 8.429/92 pela Lei n. 14.230/21 .....	66
3.6 LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE .....	69
3.6.1 Legitimidade passiva .....	69
3.6.2 Legitimidade Passiva por Equiparação .....	73
3.6.3 Legitimidade passiva dos agentes políticos .....	74
3.6.4 Legitimidade ativa .....	80
3.7 COMPETÊNCIA JURISDICIONAL .....	85
3.7.1 Polêmica acerca da competência em razão da prerrogativa de função .....	88
3.8 ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	95

3.8.1	Atos que importam em enriquecimento ilícitos .....	99
3.8.2	Atos que causam lesão ao erário .....	107
3.8.3	Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública .....	126
3.8.4	Outras modalidades de atos de improbidade administrativa .....	142
<b>CAPÍTULO IV</b>		
<b>DAS PENALIDADES .....</b>		<b>147</b>
4.1	INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS .....	147
4.2	DAS PENAS PREVISTAS.....	152
4.2.1	Do ressarcimento integral ao erário .....	152
4.2.2	Artigo 12, I .....	158
4.2.3	Artigo 12, II.....	171
4.2.4	Artigo 12, III .....	172
4.3	DA GRADAÇÃO DAS PENAS .....	174
<b>CAPÍTULO V</b>		
<b>DA INDISPONIBILIDADE DOS BENS .....</b>		<b>179</b>
5.1	A INDISPONIBILIDADE NA NOVA LIA.....	193
<b>CAPÍTULO VI</b>		
<b>DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS.....</b>		<b>207</b>
6.1	Introdução ao tema.....	207
6.2	Do procedimento administrativo.....	208
6.3	Dos procedimentos judiciais .....	211
6.3.1	Do caráter sancionatório da Nova LIA: Artigo 17-D .....	211
6.3.2	Das regras gerais do processo e procedimento da Nova LIA: Artigo 17 e parágrafos.....	214
6.3.3	Acordo de Não persecução civil: Artigo 17-B .....	232
6.3.4	A sentença na Ação de Improbidade e seus requisitos: Artigo 17-C .....	238
6.3.5	Aspectos gerais da Execução da sentença condenatória: Artigos 18 e 18-A.....	247
<b>CAPÍTULO VII</b>		
<b>DAS DISPOSIÇÕES PENAIS – Arts. 19 a 22.....</b>		<b>251</b>
<b>CAPÍTULO VIII</b>		
<b>DA PRESCRIÇÃO: art.23 .....</b>		<b>259</b>
8.1	INTRODUÇÃO AO TEMA.....	259
8.2	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....	261
8.3	ARTIGO 23 DA LIA .....	262
8.4	IMPRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO .....	274
<b>CAPÍTULO IX</b>		
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: Artigos 23-A a 25.....</b>		<b>283</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>287</b>